



O Programa de Atenção ao Louco Infrator, idealizado pelo promotor Haroldo Caetano, foi um dos cinco vencedores do Prêmio Inovare.

Breves Notas

Associação Goiana do Ministério Público / Goiânia, janeiro/fevereiro/março de 2010 - nº 36

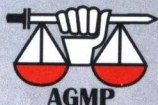
Posse na AGMP

“Não devemos procurar ser bem quistos mas, sim, respeitados, pois a CF nos conferiu a característica da essencialidade. Aqui estamos e continuaremos, apesar das retaliações e intimidações.”

Lauro Machado Nogueira, Presidente da AGMP



O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, tomou posse no cargo para cumprir o segundo mandato em uma grande solenidade no dia 5 de fevereiro passado. Juntamente com ele, também foram empossados os novos integrantes da Diretoria e Conselho Fiscal da associação. Participaram do evento autoridades jurídicas e do meio político.



Breves Notas Nº 36

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AGMP

Endereço: Rua T-29, esquina com T-9, nº 1.758 -

Setor Bueno Goiânia-GO - CEP 74.215-050

Telefone: (62) 3285-6660 - Fax (62) 3251-1798

E-mails: agmp@agmp.org.br -

presidencia@agmp.org.br - tesouraria@agmp.org.br -

jornalismo@agmp.org.br - informatica@agmp.org.br

- samp@agmp.org.br - secretaria@agmp.org.br -

diretoria@agmp.org.br

DIRETORIA DA AGMP

Lauro Machado Nogueira

Presidente

Goiamilton Antonio Machado

Vice-Presidente

Mário Henrique Cardoso Caixeta

Secretário-Geral

Leila Maria de Oliveira

Diretor Financeiro

Maria Bernadete Ramos Crispim

Diretora Socio-cultural

Danni Sales Silva

Diretor de Esportes

Anália Rabelo Montes Elias

Diretora de Integração

Simone Disconzi de Sá Campos

Diretora de Comunicação

Arthur José Jacon Matias

Diretor de Assuntos Institucionais

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bruno Barra Gomes

Marinho Borges de Carvalho

Robertson Alves Mesquita

Suplentes

Clínio Xavier Cordeiro

Geibson Cândido Martins Rezende

Vinícius Marçal Vieira

JORNALISTA
Marília Costa e Silva

DESIGN GRÁFICO
A.L. DESIGN

aldesigngrafico@yahoo.com.br
(62) 9105-3653

DESIGNERS
Alessandro Carrijo
Luciana Fernandes

Fotografia
Moraes

Nesta edição

Artigo

6

O promotor de Justiça de Rio Verde, Márcio Lopes Toledo, fala sobre o plano estratégico e a independência funcional.

10

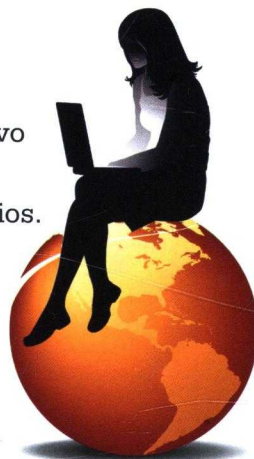
Conamp

O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, toma posse, em março, na vice-presidência Conamp. Ele foi eleito para o cargo em eleição realizada em dezembro.

11

SAMP-AGMP

Plano de saúde ganha novo portal com informações detalhadas para os usuários.



SERVIÇOS DA AGMP

SAMP (Serviço de Assistência Médica aos
Membros do Ministério Público)

Horário de atendimento: 8 às 18 horas

Secretárias: Viviane e Ivana

Fones: (62) 3274-3513

(62) 3285-6660 - Ramal 213

Fax: (62) 3251-3454

Consultas Médicas

Dr. Ildefonso Teles Neto - 11 às 12 horas

Sede Social da AGMP

(Salão de festas, sauna, academia, quadra
de esportes, auditório)

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 212

Tratar com Marta

Casa do Promotor

Fone: (62) 3251-5336

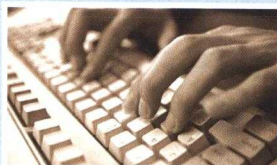
Reservas com Rose ou Marta:

Fone: (62) 3285-6660

ou pelo site www.agmp.org.br

www.agmp.org.br

Linha direta com o presidente



O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, possui e-mail e endereço de MSN exclusivos para falar diretamente com os associados. O contato pode ser feito através dos endereços:
presidencia@agmp.org.br

Novo mandato. Novos desafios.

No último dia 5 de fevereiro, foi empossada a nova Diretoria e Conselho Fiscal da AGMP para o biênio 2010/2012, em prestigiada solenidade, que demonstrou o reconhecimento que a nossa entidade angariou durante seus mais de 40 anos de luta em prol do fortalecimento do Ministério Público e seus membros.

É momento de agradecer a todos os associados, Promotores e Procuradores de Justiça, da ativa e aposentados, pela confiança em nossa Diretoria para gerir os interesses classistas e pelas inúmeras manifestações espontâneas de apoio e felicitações à essa nova gestão que se inicia.

Neste biênio, teremos dupla tarefa, porque Goiás voltará a ter representação na Diretoria da CONAMP, onde ocuparei uma das vice-presidências, para o fim de auxiliar o Presidente eleito, César Bechara a continuar escrevendo a exitosa história da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, que tanto contribuiu para a consolidação do Ministério Público moderno, atuante e respeitado que temos hoje.

Como disse em meu discurso de posse, esta gestão continuará guiando-se por um só lema: o direito dos Promotores e Procuradores de Justiça, da ativa e aposentados, e a defesa institucional do Ministério Público são prioridade absoluta.

Vale dizer que, em razão de tal prioridade, tivemos importantes conquistas em favor da classe, especialmente o pagamento das diferenças relativas aos adicionais de tempo de serviço e agora o deferimento da PAE, bem como a vitória em mandado de segurança relativo ao corte de teto dos aposentados e desconto previdenciário para aqueles portadores de doença incapacitantes, entre outras.

Para este biênio, continuaremos acompanhando a tramitação de todos os projetos que dizem respeito aos interesses do Ministério Público e seus membros, com atenção especial e destacada para a volta dos ATS, a definição das férias, a conclusão da Reforma do Judiciário, o projeto de Lei Maluf e a PEC que estabelece a perda do cargo por decisão administrativa do Conselho Superior do Ministério Público ou CNMP.

Enfim, sem solução de continuidade e à disposição dos colegas para todo e qualquer enfrentamento atinente às questões classistas e institucionais, começamos com muita garra e disposição esta nova etapa.

Um fraterno abraço a todos.

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

(Em pauta)...

Trabalho do Ministério Público é indispensável à democracia

Ninguém poder negar: o papel do Ministério Público de defesa da democracia é extremamente importante, indispensável ao país. A declaração foi feita em dezembro pelo chefe do gabinete pessoal da presidência da República, Gilberto Carvalho, ao receber o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, José Carlos Cosenzo, e o corregedor nacional do Ministério Público, Sandro Neis.

Ao falar sobre as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal - STF reconhecendo o poder de investigação do Ministério Público, Gilberto Carvalho se mostrou favorável ao exercício da atividade por promotores e



procuradores. "O papel do Ministério Público de defesa da democracia é extremamente importante, indispensável ao país. Hoje, ninguém mais pode negar isso. Mas, para isso, é preciso liberdade de atuação, ferramentas e independência".

Gilberto Carvalho elogiou também o trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP na fiscalização da atuação dos membros do MP e no combate aos eventuais excessos cometidos por alguns promotores e procuradores. "O trabalho do CNMP hoje serve de exemplo para o governo. Temos procurado fazer o mesmo com a Polícia Federal, controlando os excessos, os comportamentos 'midiáticos'", disse.

PGJ defere pagamento da PAE

A Procuradoria-Geral de Justiça deferiu, em 27 de janeiro passado, o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) aos membros do Ministério Público. O pedido foi feito pela Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) em maio de 2009.

A AGMP, após o protocolo, apresentou farta documentação que subsidiou a decisão da PGJ que concluiu pelo deferimento do pedido, reconhecendo o direito à percepção da verba no período de 1994 a agosto de 2000. A AGMP encaminhará cópia do despacho e parecer da assessoria jurídica da PGJ aos associados via correio. O pagamento será feito de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do MP. A expectativa é que o pagamento seja iniciado ainda no primeiro semestre deste ano.

Presidente eleito da OAB-GO faz visita à AGMP

O advogado Henrique Tibúrcio, presidente eleito da seccional goiana da OAB, acompanhado do vice-presidente Sebastião Macalé e da secretária-geral, Maria Lucila Prudente de Carvalho, fez, no início de dezembro, uma visita de cortesia à AGMP, sendo recebido pelo presidente, Lauro Machado Nogueira.

Segundo Tibúrcio, o objetivo da visita foi reafirmar o desejo de firmar parcerias institucionais com a AGMP e os integrantes do Ministério Público em causas de interesse comum a ambas entidades, especialmente na defesa da ética, do regime democrático, dos direitos humanos e da probidade administrativa.

Tibúrcio ressaltou o seu respeito pelos promotores de justiça e pelo trabalho desempenhado em todo o Estado e no Brasil e a credibilidade angariada pelo MP nos últimos 20 anos após a Constituição de 1988, não obstante ambas as instituições terem pontos divergentes em questões como a investigação criminal.

Nogueira agradeceu a visita e afirmou que ela demonstra consideração e respeito pelos integrantes do MP e também boa vontade e real intenção de união de esforços para a defesa de causas e interesses comuns.



NOVA DIRETORIA DA OAB É RECEBIDA PELO PRESIDENTE DA AGMP, LAURO NOGUEIRA

Ivana Farina atuará no CNMP

A procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena foi requisitada, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para atuar, por seis meses, como coordenadora nacional dos trabalhos feitos pelo órgão relativos ao controle do sistema carcerário. A escolha da procuradora goiana se deu em decorrência do excelente trabalho já desenvolvido por ela desde 2000 no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado à

Presidência da República.

Ela garante que sua nova função, que começou a ser exercida no último dia 1º de fevereiro, será ajudar a aprimorar, em todo o País, a atuação do Ministério Público para efetivar políticas públicas eficazes na área carcerária. “Essa questão precisa de atenção especial pois tem sido frequente, em todo o País, violações aos direitos humanos principalmente dentro dos presídios”, diz.

Em PE promotores poderão ir a PGJ

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, sancionou, em 14 de dezembro, o Projeto de Lei n.º 1305 de 2009, que altera a lei orgânica do Ministério Público do Estado para permitir que promotores de Justiça concorram ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. A mudança era reivindicada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP e pela Associação do Ministério Público de Pernambuco - AMPPE.

Indeferida compra de férias até 2011

O procurador geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, indeferiu novamente o pedido feito pela Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) para a compra de férias dos membros do Ministério Público até o final de 2011. Confira abaixo a íntegra do ofício que informou a decisão:

Senhor presidente,

Em razão da literalidade do pleito quanto ao seu objeto – “requer a Vossa Excelência seja acolhida a pretensão, em ordem a que, a conversão pretendida seja contemplada por rubrica específica na proposta orçamentária de 2010... fls 6 – bem como do que consta das manifestações dos superintendentes de Finanças e Gestão Orçamentária, conclui por haver óbice legal à criação da pretensa rubrica específica, isto à luz das diretrizes da Lei Federal 4.230/65, porquanto se incluem nos gastos do grupo de despesas com pessoal ativo (GD01).

Também, que não houve equívoco nos despachos anteriormente exarados por esta Procuradoria-Geral de Justiça, pois, em nenhum outro procedimento foi analisada e decidida a hipótese de criação de referida rubrica de modo individualizado, e sim que a previsão de impacto orçamentário-financeiro não aponta a possibilidade de retorno da referida conversão e aquisição de 1/3 das férias em abono pecuniário, isto em face da programação orçamentária prevista na LOA.

Correlatamente, considero que, para o próximo biênio, persistirá a impossibilidade de previsão orçamentária (mesmo existindo rubrica no GD01), isto em razão dos cálculos para despesas com pessoal para 2009 (LOA 2009) e LDO-2010 terem sido efetuados sem a possibilidade de considerar tal dispêndio (vide regra de previsão da LDO). Idêntica situação se apresenta em relação ao futuro exercício de 2011, haja vista que os valores que constam para o GD 01 na lei que instituiu o Plano Plurianual (Lei Estadual n.º 6.193, de 29 de janeiro de 2008) não contemplam tais gastos.

Por oportuno, renovo cumprimentos com respeito e consideração.

Eduardo Abdon Moura
Procurador-Geral de Justiça



Wagner Carvalho quer inauguração de presídio

O promotor de Justiça Wagner de Magalhães Carvalho, da comarca de Alvorada do Norte, divulgou, no dia 21 de janeiro, uma avaliação do atual funcionamento do sistema carcerário da região nordeste do Estado. No documento, ele relata dados sobre a superlotação da unidade prisional de Simolândia, município que pertence àquela comarca. Atualmente, a unidade recebe presos de Alvorada e de mais outros dez municípios, incluindo os de Posse e de Iacira.

O promotor fala ainda dos riscos a que estão expostos a comunidade local e aqueles que estão instalados no estabelecimento carcerário. Ele ressalta também que um presídio, com capacidade para cerca de 40 presos, foi construído na cidade de Posse, a 59 quilômetros de Alvorada do Norte, e, embora esteja pronto, não foi inaugurado, por motivos meramente burocráticos.

Indignado com a condição carcerária da região, o promotor quer a inauguração imediata do presídio. Para ele, a abertura da nova unidade vai desafogar a cadeia de Simolândia, daí a urgência da medida. O documento foi encaminhado ao MP e à AGMP.

Plano Estratégico X Independência funcional

No dia 21 de setembro de 2009, foi sancionada a Lei Complementar Estadual n. 75, que alterou a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás (Lei Complementar Estadual n. 25/98). São várias as novidades introduzidas pela nova lei: modificação do planejamento institucional; alteração nos quadros das promotorias de justiça de entrância intermediária e inicial; alteração no quadro de cargos e funções dos serviços auxiliares; criação de um banco de horas para os servidores da instituição; instituição do programa "Boas Ideias"; além de outras providências.

Não há dúvida de que as alterações propostas estão alinhadas com uma visão de administração pública gerencial, menos burocrática e preocupada com as aspirações comunitárias de acesso a um serviço público de maior qualidade. Esse caminho deve ter motivado a criação do chamado "Plano Estratégico Institucional", o qual, inclusive, abarcou o reconhecido "Plano Geral de Atuação", outrora utilizado como balizador das ações institucionais.

Apesar dessa motivação e do reconhecimento de que o planejamento estratégico é ferramenta de larga utilização na iniciativa privada e em alguns segmentos do setor público, sua adoção sem as necessárias adaptações às peculiaridades do Ministério Público poderá desembocar em ofensa a um princípio caríssimo à natureza da instituição: a independência funcional.

O planejamento estratégico tem origem nas ações militares, ou melhor, nas estratégias para alcançar a vitória em situações de conflito, especialmente em períodos de guerra. Os administradores privados buscaram aí a inspiração para desenvolverem essa técnica gerencial, inicialmente a partir da revolução industrial no século XVIII e, de modo mais abrangente, no pós-Segunda Guerra Mundial.

Como se nota, esse modelo de gerenciamento guarda íntima relação com estruturas hierarquizadas, diferentes do Ministério Público, que possui estrutura de poder horizontalizada, amoldada ao princípio da independência funcional. Portanto, a adoção dessa técnica numa instituição com essa singularidade reclama ajustes.

Para consecução do Plano Estratégico Institucional e do Plano Geral de Atuação, prevê a lei que as Procuradorias e Promotorias de Justiça deverão elaborar "Planos Operacionais de Atuação".¹

O problema reside na exigência de vinculação desses "Planos Operacionais de Atuação" ao "Plano Estratégico Institucional" e ao "Plano Geral de Atuação".² Do modo como foi redigida, a lei tende a limitar a atuação do Promotor de Justiça e prejudicar eventual análise de seu merecimento. Nota-se que foi arquitetada uma fina sintonia entre a elaboração e execução dos planos, a fiscalização da Corregedoria-Geral e a análise de merecimento em eventuais

pedidos de promoção ou remoção. De sorte que essa sistemática impõe ao Promotor ou Procurador de Justiça rigorosa observância dos planejamentos institucionais por duas vias: correicional e pela aferição de seu merecimento.

A ideia de construir uma atuação integrada e voltada aos interesses sociais é digna de aplauso. Entretanto, esse ideal não pode desprezar as singularidades da instituição. É fato incontestado que praticamente todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça possuem atividades diferentes umas das outras. Muitos colegas atuam em matéria limitada pelo recorte de atribuições, seja na esfera cível, criminal ou na defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Disso resulta que as metas institucionais não alcançarão a todos.

Além disso, muitas Promotorias de Justiça possuem uma enorme gama de atribuições, mormente nas comarcas dotadas de promotoria única. Como se sabe, a realidade de cada município é particular e reclama, cada qual, diferenciados instrumentos de atuação e intervenção do membro do Ministério Público. A eleição de prioridades e o planejamento de atuação, nesses casos, poderão não coincidir com o preconizado nas metas institucionais. Em tais condições, não é razoável impor ao Promotor de Justiça que priorize a atuação indicada no planejamento estratégico em prejuízo de demandas de maior interesse da comunidade local.

Neste particular é preciso lembrar que o princípio constitucional da independência funcional, que não alberga a indolência nem a omissão, aparelha o membro do Ministério Público de um instrumento inarredável: o poder de eleger as prioridades em sua atuação, o que, inclusive, resulta no diferencial entre sua atividade e a do servidor público "stricto sensu" e lhe confere a condição de agente político.

É evidente que sendo parte do processo de construção das metas institucionais, tal qual previsto na lei, o membro do Ministério Público não pode alegar que os instrumentos de planejamento sejam, por si sós, meios de tolher sua atuação com independência. Aliás, é muito bem vinda a inovação e o propósito de uniformizar o tanto quanto possível o trabalho da instituição.

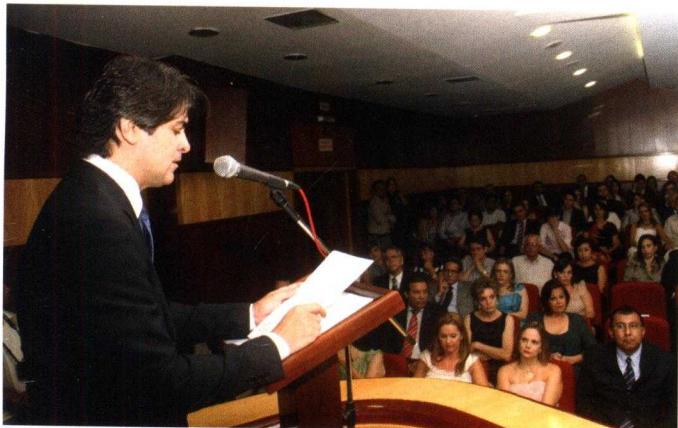
O que lhe retira independência é a impossibilidade de não poder indicar outras prioridades, conforme sua realidade exigir. Nisso reside a necessidade de correção da lei. Melhor, portanto, será prever em lei que, ao elaborar o "Plano Operacional de Atuação", o membro do Ministério Público poderá, sem prejuízo do alinhamento com as metas institucionais, apontar outras atividades essenciais, as quais, por consequência, também deverão ser levadas em conta nos aspectos correicionais e na aferição de seu merecimento.



Márcio Lopes
Toledo
Promotor de Justiça
em Rio Verde

Vide artigo 36, IV e VIII, e artigo 40, parágrafos 1º e 2º, da LC 25/98 alterada.

Vide artigo 28, X, d e XIII, e artigo 164, parágrafo 1º, XII, da LC 25/98 alterada.



LAURO NOGUEIRA DISCURSA DURANTE SOLENIDADE



INTEGRANTES DA NOVA DIRETORIA DA AGMP

Posse da nova diretoria da AGMP

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, tomou posse no cargo para cumprir o segundo mandato em uma grande solenidade no dia 5 de fevereiro passado. Juntamente com ele, também foram empossados os novos integrantes da Diretoria e Conselho Fiscal da associação.

Participaram da solenidade, realizada no auditório da AGMP, no Setor Bueno, várias autoridades das áreas jurídica e política. O evento foi seguido de uma animada festa, que lotou a sede social da entidade.

Em seu discurso de posse, Lauro

Machado Nogueira destacou que seu estímulo para comandar a AGMP por mais dois anos é muito grande. "pois iniciaremos a nova etapa legitimados pela união da classe em torno da nossa chapa que hoje é reempossada, aprovada pela maioria absoluta dos integrantes da associação", afirmou.

Assim como fez no primeiro mandato, o presidente da AGMP assegurou ainda que continuará, junto com a Diretoria, trabalhando dia-a-dia visando fortalecer e valorizar ainda mais os colegas com um só lema: o direito dos promotores e procuradores de Justiça, da ativa e

aposentados, e a defesa institucional do Ministério Público são prioridade absoluta. Tudo porque, segundo disse, "temos uma instituição composta por homens e mulheres vocacionados e compromissados em prestar o melhor serviço à sociedade goiana, sempre com vistas à promoção da justiça social".

Ele também lembrou o compromisso de continuar acompanhando a implantação da Goiasprev, tomando todas as medidas cabíveis quanto a qualquer ameaça de direito aos membros do MP aposentados.



AUTORIDADES DO MEIO POLÍTICO E JURÍDICO COMPARECEM À POSSE REALIZADA NO AUDITÓRIO DA AGMP

Discursos destacam atuação de Nogueira

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, fez questão de lembrar, em discurso feito durante a solenidade de posse da nova diretoria da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), que o presidente Lauro Machado Nogueira teve uma recondução tranquila ao cargo, em autêntica demonstração de aceitação do que foi feito na primeira gestão. "Os eleitores praticamente exigiram sua repetição", afirmou, acrescentando que isso se rotula de liderança, que é como a moeda para a economia de um país, uma



instituição social apoiada na confiança, e que não pode ser criada por um ato de vontade. "Liderança, como a de Lauro Nogueira, não se cria da noite para o dia, e nem se confia sem prévia conquista". Consenso também assegurou que Nogueira, recém eleito vice-presidente da Conamp, e prestes a ser lá empossado, tem, muito antes de iniciar os trabalhos, um numeroso crédito perante a classe nacional pelos relevantes serviços ali desenvolvidos. "Sem me socorrer ao exercício da futurologia vaticino um futuro brilhante nesta honrada instituição", ponderou.

O procurador-geral de Justiça,

Eduardo Abdon Moura, também participou da cerimônia de posse e destacou, em seu discurso, que a responsabilidade de um segundo mandato é muito maior, sobretudo quando decorrente de uma candidatura única. "Os votos que trouxeram Lauro Nogueira aqui significam, sim, aprovação, mas carregam consigo o desafio de não se acomodar, de não estagnar. Daqui em diante, é preciso avançar, ir além. Estando também num segundo mandato e tendo sido igualmente candidato único, posso instigar essa reflexão", ponderou.



Autoridades presentes à solenidade de posse

Diversas autoridades do meio político, jurídico e associativo prestigiaram a posse da nova Diretoria da AGMP. Estiveram presentes, dentre outros: o governador de Goiás Alcides Rodrigues Filho; o prefeito de Goiânia Íris Rezende; o desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, representando o Tribunal de Justiça de Goiás; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura; o Conselheiro do CNMP Almino Afonso Fernandes; o procurador-geral de Justiça do Mato Grosso, Marcelo Ferra de Carvalho, representando o CNPG; o presidente do TRE, desembargador Floriano Gomes; o procurador Regional Eleitoral, Alexandre Tavares; o senador Demóstenes Torres (DEM); o procurador-geral do Estado, Anderson Máximo Holanda; o presidente da seccional goiana da OAB, Henrique Tibúrcio; o presidente da Associação Nacional dos procuradores da República, Antônio Carlos Alpino Bigonha; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Fábio Leal; o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Marcelo Weltzel; e



O SENADOR DEMÓSTENES TORRES E O GOVERNADOR ALCIDES PRESTIGIAM POSSE

desembargador Itaney Campos; o presidente da Apeg, Marcelo Terto; presidente da Asmego, Átila Naves Amaral; Juiz federal Mark Yshida Brandão; o presidente da Conamp, José Carlos Consenso; os presidentes das associações do Ministério Público do Pará, César Bechara, presidente eleito da Conamp; do Espírito Santo, Almiro Gonçalves; de Rondônia, Marcelo Lima Oliveira; do Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira; do Mato Grosso do Sul,

Humberto Lapa Ferri; de Pernambuco, Geraldo Margela; de Minas Gerais, Rômulo de Carvalho Ferraz; e o ex-presidente da AMMP José Silveiro Perdigão.

Visita de cortesia

No dia 8 de fevereiro, por não poder ter comparecido à posse, o senador Marconi Perillo (PSDB) visitou o presidente da AGMP, para parabenizá-lo pela reeleição.



LAURO NOGUEIRA BRINDA COM OS COLEGAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CONAMP

Festa animada e prestigiada

Terminada a solenidade de posse, cerca de 400 convidados, entre promotores e procuradores de Justiça, políticos e autoridades lotaram o salão de festas para dar as boas vindas à nova Diretoria e Conselho Fiscal. A celebração foi animada pelo VJ Patrick, de Brasília.



Presidente da AGMP eleito vice-presidente da CONAMP

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, foi eleito, no dia 09 de dezembro de 2009, 2º vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), em eleição realizada em Brasília. Ele vai integrar a diretoria da entidade ao lado de César Mattar Jr., também eleito na ocasião como novo presidente CONAMP.

A eleição teve a participação de 25 integrantes do Conselho Deliberativo da CONAMP, que foram unânimes na escolha da nova Diretoria e do Conselho Fiscal da entidade. Também foram eleitos os vice-presidentes, o secretário-geral e os conselheiros fiscais da CONAMP, que, assim como César, concorreram pela chapa CONAMP Forte e Unida. A posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal será



NOVA DIRETORIA DA CONAMP: DORNELES, CÉSAR, LAURO NOGUEIRA E JOÃO ARLINDO

realizada em março de 2010. Os eleitos vão ficar à frente da CONAMP até 2012.

Lauro Machado Nogueira acredita que a eleição é uma honra para Goiás que volta a compor a

diretoria da Conamp, a exemplo do que já ocorreu com José Pereira da Costa, José Joaquim Barra, Myrthes Guerra e Ivana Farina. "Vamos continuar trabalhando juntos para o fortalecimento do MP" afirma.

Tomam posse novos conselheiros do CSMP

O Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão solene realizada dia 21 de dezembro, deu posse aos cinco novos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), eleitos no dia 14 de dezembro para atuar em 2010. Nas vagas destinadas à escolha pelos promotores de Justiça, foram eleitos os procuradores Ivana Farina Navarrete Pena, Aylton Flávio Vechi e Eliseu José Taveira Vieira. Já os procuradores Nilo Mendes Guimarães e Márcia de Oliveira Santos foram escolhidos para as vagas preenchidas pelo voto dos procuradores de Justiça.

A procuradora Ivana Farina fez o discurso de posse em nome dos eleitos. Ela ressaltou a importância de integrar o conselho que, entre os



IVANA FARINA, AYLTON VECHI E ELISEU TAVEIRA DURANTE SOLENIDADE DE POSSE

órgãos da administração superior, tem importância destacada por acompanhar os membros da instituição em todos os momentos da carreira, como na participação na comissão de concurso, análise do

estágio probatório e das movimentações na carreira.

O procurador-geral de Justiça Eduardo Abdon Moura, membro nato do conselho, deu as boas-vindas aos novos integrantes do órgão.

Novo portal traz informações detalhadas para os associados

Atendendo exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar foi criado, em dezembro passado, o Portal do Associado e do Prestador do Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público (SAMP) na página da Associação Goiana do Ministério Público (www.agmp.org.br). A diretora geral do SAMP/AGMP, Valéria Cristina de Paula Magalhães, explica que, na página, o beneficiário titular do plano de saúde terá acesso aos

relatórios financeiros que mostram de forma detalhada todos os gastos que ele teve mensalmente com médicos, laboratórios e clínicas credenciadas.

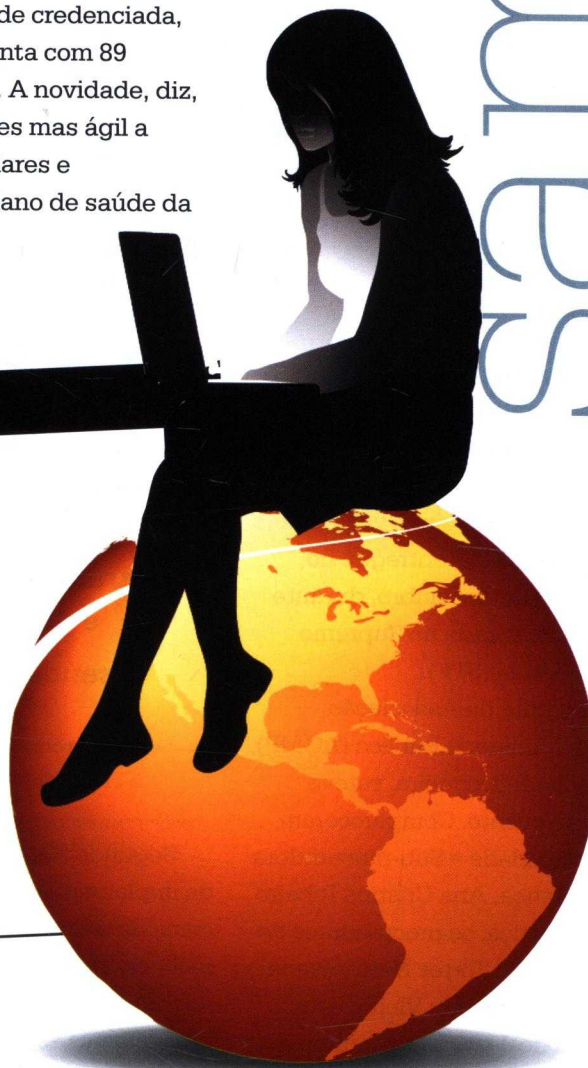
Segundo Valéria Cristina, no portal também está disponível o Guia Médico da rede credenciada, que atualmente conta com 89 médicos e clínicas. A novidade, diz, garante informações mas ágil a todos os 1.246 titulares e dependentes do plano de saúde da AGMP.

samp

Convênios

O SAMP/AGMP fechou novos convênios com prestadores de serviços em Goiânia. A partir de agora os associados do plano de saúde já podem utilizar os serviços do Hospital do Rim, localizado na Alameda das Rosas nº 2041, no Setor Oeste, e da CDI Diagnósticos - Cardiologia e Medicina Nuclear, situada na Av. Portugal nº 600.

A Diretoria do plano de saúde da AGMP avisa ainda que foi feito o credenciamento junto ao Hospital JK, de Brasília, no Distrito Federal.



Associação lamenta morte de associados

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) lamenta a morte de três de seus associados: o procurador de Justiça aposentado Antônio Geraldo Ramos Jubé, e as procuradoras de Justiça aposentadas Maria Thereza de Araújo Costa e Carmem Cunha de Almeida.

Jubé faleceu no último dia 5 de janeiro, aos 82 anos, por

complicações decorrentes de uma pneumonia. Ele ingressou no Ministério Público em 1953. Foi titular das Promotorias de Justiça de Guapó, Goiânia, Formosa, Piracanjuba e Mineiros, foi promovido a Procurador de Justiça em 1º de abril de 1979.

Já a procuradora de Justiça aposentada Maria Thereza morreu na madrugada do dia 21 de

dezembro, aos 87 anos, em Campanha (MG). Ela ingressou no Ministério Público em novembro de 1975 e atuou nas comarcas de Bela Vista, Cristalina, Ceres e Goiânia. Tornou-se procuradora em abril de 1992 e aposentou-se em junho do mesmo ano. Carmem Cunha, por sua vez, faleceu em 25 de janeiro, em decorrência de complicações de um câncer.



HAROLDO CAETANO DURANTE ENTREGA DA PREMIAÇÃO



COLEGAS SÃO RECEBIDOS PELO SENADOR DEMÓSTENES TORRES

Promotor de Justiça goiano vence Prêmio Innovare

O Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (Paili), idealizado pelo promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, foi um dos cinco vencedores do Prêmio Innovare, entregue no último dia 17 de dezembro, durante solenidade realizada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, esteve presente ao evento. Compareceram ainda à solenidade a Sub-procuradora Geral de Justiça, Ana Cristina Ribeiro Peternella França, os procuradores de Justiça Benedito Torres Neto e Ivana Farina e Eliseu Taveira Vieira, e os promotores de Justiça Goiâmiton Antônio Machado, Rubian Corrêa Coutinho, Abrão Amisy Neto, Leila Maria de Oliveira.

A premiação identifica e dissemina práticas pioneiras bem-sucedidas e que estejam contribuindo para a modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Justiça. Caetano explica que o Paili tem garantido mudança no tratamento dado ao portador de distúrbios mentais que comete um crime, o louco infrator.

“Deixamos de trabalhar com o universo da violência e do crime, para abordar o assunto sob os aspectos do tratamento clínico e da atenção à saúde integral.”

Haroldo Caetano da Silva,
promotor de Justiça

Segundo Haroldo Caetano, a partir da implementação do programa, há cerca de três anos, a pessoa deixa a reclusão em cadeias para receber adequado tratamento com profissionais especializados em saúde mental. O acompanhamento dos casos é feito até a cessação da relação do louco infrator com a Justiça, visando à não reincidência do ato infracional e sua reinserção social.

De acordo com o promotor, o que ele considera ser o diferencial do programa é a quebra de paradigma proposta, na qual o louco infrator deixa de ser uma questão de segurança pública e passa a ser tratado no âmbito da saúde pública. “Deixamos de trabalhar com o universo da violência e do crime, para

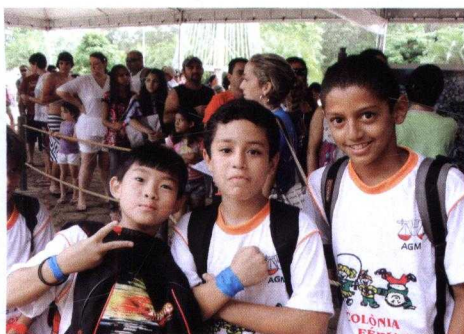
abordar o assunto sob os aspectos do tratamento clínico e da atenção à saúde integral”, explica. Ele acrescenta ainda que a premiação é também um reconhecimento do MP, enquanto instituição cujo trabalho é voltado para a construção da cidadania e tem sido um grande facilitador das demandas da sociedade neste tema.

Concorreram ao prêmio membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos e advogados. Os primeiros colocados em cada uma das cinco categorias receberam R\$ 50 mil. Além disso, os trabalhos premiados serão incluídos no banco de dados e no site do Instituto Innovare e ainda publicados na coleção de livros A Reforma Silenciosa da Justiça.

O Prêmio Innovare foi criado em 2004. A promoção resulta de iniciativa conjunta da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, da CONAMP, da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, da Associação Nacional dos Defensores Públicos - Anadep, e das Organizações Globo.

Colônia de férias

Muita diversão e agito. Assim foi a 15ª edição da tradicional colônia de férias realizada pela Associação Goiana do Ministério Público (AGMP). As brincadeiras e atividades recreativas aconteceram durante todo o dia, na sede social da entidade, no Setor Bueno. Promovido entre os dias 11 e 15 de janeiro, o evento foi dividido por faixa etária. A programação incluiu jogos, brincadeiras, sessões de cinema, acampamento, viagem ao Hot Park, esportes, caça ao tesouro noturno e festival de sorvetes.



aniversariantes

FEVEREIRO

MARCIO DO NASCIMENTO	02/02
JOSE ANTONIO DE SA	07/02
MARCELO CELESTINO DE SANTANA	07/02
ANGELA CRISTINA DOS SANTOS	08/02
TEREZINHA DE JESUS PAULA SOUSA	08/02
ARIO AUGUSTO DE BRITO	10/02
EVARISTO ANANIA DE PAULA	10/02
MAURICIO JOSE NARDINI	10/02
NORMA BRANCO FERREIRA DA SILVA	11/02
SILVIA MARIA APOSTOLICO ALVES REIS	11/02
VILANIR DE ALENCAR CAMAPUM JUNIOR	13/02
VILLIS MARRA GOMES PINHEIRO	14/02
ARQUIMEDES DE QUEIROZ BARBOSA	15/02
MARIA GERALDA LIMA E SILVA	18/02
WALMIR MARTINEZ SANCHES	18/02
MYRTHES DE ALMEIDA GUERRA MARQUES	19/02
FLORACY GOMIDE BARREIRA	20/02
RODRIGO FELIX BUENO	20/02
LUIZ CLAUDIO VEIGA BRAGA	21/02
CARLOS VINICIUS ALVES RIBEIRO	22/02
ELVIO VICENTE DA SILVA	22/02
FERNANDO GOMES ROSA	22/02
ABRAO AMISY NETO	23/02
MARIS AMADO TEIXEIRA DE MOURA	23/02
DEUSIVONE CAMPELO SOARES	24/02
LIANA ANTUNES VIEIRA TORMIN	24/02
BRAZ GONTIJO DA SILVA	25/02
CLAUDIA MARIA ROJAS DE CARVALHO	26/02
RUTH PEREIRA GOMES	26/02
MARIA DE FATIMA SIMAO	27/02

VANUSA DE ARAUJO LOPES ANDRADE

28/02

MARÇO

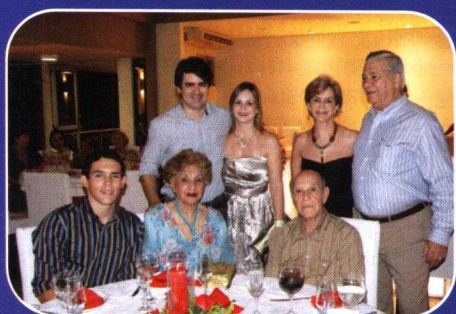
MARCIA CRISTINA PERES	01/03
MARCUS ANTONIO FERREIRA ALVES	03/03
MARIVANIA PALMEIRA DE O. FERES	04/03
ARNALDO MACHADO DO PRADO	05/03
JOAO CLAUDINO FERNANDES NETO	05/03
LIVIA AUGUSTA GOMES MACHADO	05/03
RAFAEL DE PINA CABRAL	07/03
PATRICIA TEIXEIRA G. GIMENES	08/03
SERGIO GUIMARAES DE MELO	08/03
ARIETE CRISTINA RODRIGUES VALE	09/03
EDINA MAMARE DE MELO	09/03
ROGERIO AUGUSTO DE ALMEIDA LEITE	09/03
SANDRA MONTEIRO DE OLIVEIRA LIMA	09/03
VALDEMES RIBEIRO DE MENEZES	09/03
GRIJALVA VALENTE DE BARROS	10/03
JOSE SOCRATES GOMES PINTO	10/03
KARINA GOMES E SILVA	10/03
ELIETE SOUSA FONSECA SUAVINHA	11/03
EUDES DE AZEVEDO MACHADO	11/03
LIVERTINO TEIXEIRA CAVALCANTE	11/03
MARCO ANTONIO MARTINS DE ARAUJO	11/03
MOZART BRUM SILVA	12/03
MARCELO FARIA DA COSTA LIMA	14/03
ANA CRISTINA R. PETERNELLA FRANÇA	15/03
MARIA ELEIDE FREIRE DE MENEZES	15/03
ORLANDINA BRITO PEREIRA	15/03
SANDRA MARA GARBELINI	15/03
VINICIUS MARCAL VIEIRA	15/03

ELISEU JOSE TAVEIRA VIEIRA	16/03
JOAO TELES DE MOURA NETO	17/03
WILSON NUNES LUCIO	17/03
DANIEL DE FREITAS	18/03
ELIANE FERREIRA FAVARO	18/03
JOSE ALVES PEREIRA	19/03
JOSE ANTONIO CORREA TREVISAN	19/03
JOSE EDUARDO VEIGA BRAGA	19/03
MARIA JOSE PERILLO FLEURY	19/03
LEA VELOSO BONIFACIO DE ARAUJO	20/03
LUCIENE MARIA SILVA OLIVEIRA	22/03
MARCIA SOUZA DE ALMEIDA	22/03
MARIANA PIRES PAULA	22/03
MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS	23/03
ANA ALELUIA DE VELASCO PEREIRA	26/03
ILKA DUARTE GUIMARAES	26/03
IRMA PFRIMER OLIVEIRA M. DE MELO	27/03
ROSEMAR GOMES	27/03
RICARDO RANGEL DE ANDRADE	28/03
BRANCA AGUIAR DRUMOND	29/03
CLAUDINE MARIA ABRANCHES M. LAGO	29/03
JOSE CESAR NAVES DE LIMA JUNIOR	29/03
MARIA INEZ DE AQUINO TORMIM	29/03
ANDREIA DE BRITO RODRIGUES	30/03
CLINIO XAVIER CORDEIRO	30/03
GOIAMILTON ANTONIO MACHADO	30/03
JOSE CARLOS MIRANDA NERY JUNIOR	30/03
ALEXANDRE XAVIER DE SOUZA ROCHA	31/03
ILZA MARIA DE MENDONÇA NEVES	31/03
JOAO PAULO CANDIDO DOS S. OLIVEIRA	31/03

Animação &

confraternização de fim de ano

A Diretoria da Associação do Ministério Público (AGMP) organizou uma grande festa de confraternização de fim de ano na sede social da entidade, no Setor Bueno, no qual reuniu, no dia 12 de dezembro passado, grande número de associados para os festejos animados pelo VJ Patrick, de Brasília. Ao som de muita música e um delicioso jantar, promotores e procuradores de Justiça também comemoraram o Dia do MP.



(Brevíssimas)

Promotor é aprovado em doutorado

O promotor João Porto Silvério Júnior, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Verde, foi aprovado no processo seletivo para o doutorado em Direito Processual na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Apenas quatro candidatos foram aprovados para um total de sete vagas. O tema do projeto de tese foi "Obrigatoriedade da Fundamentação da Opinião Delicti no Estado Democrático de Direito - Uma releitura a partir do Direito Fraternal".

Mestrado na PUC-GO

A Promotora de Justiça da comarca de Quirinópolis, Ângela Acosta Giovanini Moura, foi aprovada em terceiro lugar no programa de mestrado da Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO), em Direito e Relações Internacionais.

Cláudia Rojas é cidadã de Orizona

A promotora de Justiça Cláudia Maria Rojas de Carvalho foi homenageada no dia 3 de dezembro pela Câmara de Vereadores de Orizona, que lhe entregou o Título de Cidadã Orizonense. A solenidade foi realizada no Colégio Estadual Senador José da Costa Pereira. A promotora atua na comarca desde novembro de 2003.

Homenagem em Cristalina

O promotor de Justiça Antônio de Pádua Freitas Júnior recebeu, no dia 10 de dezembro passado, o título Cidadão Cristalino. A homenagem foi realizada no auditório da Câmara Municipal de Cristalina.

Parquinho tem novo piso

O parquinho infantil instalado na área do clube da AGMP ganhou novo piso de grama sintética. Além de mais bonita, a novidade garante mais conforto aos pequenos que brincarem no local.

Novo quiosque

A sede campestre da AGMP ganhou um quiosque que será muito útil nos encontros e festas de confraternização entre os membros do MP. O vice-presidente da entidade, Goiamilton Machado, avisa que em breve deverá ficar pronto o regulamento para reserva do local.



■ Nasceu no dia 30 de dezembro, às 8 horas, em Goiânia, Ana Luiza, filha do Promotor de Justiça de Goiânia, Rodaney Ferreira Gandra Júnior e

Claudinéia. Ana Luiza veio ao mundo com 3,4 quilos e 48 centímetros. A AGMP parabeniza o colega e sua família.



■ Os promotores de Justiça da comarca de Ipameri Leandro Franck de Oliveira Ávila e Simone Sócrates de Bastos

comemoram o nascimento da primeira filha. Laura nasceu no dia 18 de dezembro, às 7 horas, na Maternidade Ella, em Goiânia, pesando 2.650 quilos e medindo 48 centímetros.



Reconhecimento

O promotor de Justiça Jose Ricardo Teixeira Alves, titular da 6ª Promotoria de Luziânia, foi homenageado na comarca de Alto Paraíso, onde recebeu o título de Cidadão Honorário da cidade de Alto Paraíso - GO. A entrega ocorreu em sessão solene da Câmara Municipal de Alto Paraíso de Goiás, realizada no dia 11 de dezembro de 2009, por ocasião das comemorações do 56º aniversário da cidade. A homenagem teve como justificativa os relevantes serviços prestados pelo promotor José Ricardo à comunidade de Alto Paraíso, no período em que exerceu ali suas funções, como titular da Promotoria de Justiça.

O TEMPO NÃO PARA



INGRESSO NO MP

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) homenageia, nesta edição do Breves Notas, a procuradora de Justiça Luzia Vilela Ribeiro. Em fevereiro ela está completando 40 anos de ingresso no Ministério Público.



Flashes

Solenidade de posse da nova diretoria da AGMP



Diretoria assina termo de posse

